

Planejamento cortou pela metade pedido de recursos

BRASILIA (O GLOBO) — O Orçamento da União (ou Fiscal) para 1982 teria que dispor de no mínimo Cr\$ 8,8 trilhões — e não os Cr\$ 4,4 trilhões fixados como receita e despesa — para atender integralmente a todas as propostas setoriais encaminhadas pelos órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Entretanto, prevaleceu a ótica do ministro Delfim Netto: a exemplo do que está ocorrendo este ano, nenhuma obra de vulto poderá ser iniciada em 1982. Exploram os técnicos que esta posição é coerente com a expectativa de que a inflação entrou em um período de declínio (a estimativa é que, no ano que vem, fique em 75 por cento) e que o descontrole de gastos poderia pôr a perder todo o esforço desenvolvido pelo Governo nesta área.

O setor mais sacrificado com estes cortes — segundo informações de técnicos que elaboraram o Orçamento — foi o de obras públicas. Especificamente, sofreu mais o chamado rodoviarismo, ou seja, a compulsão pela abertura e pavimentação de novas rodovias.

A necessidade de vestir o Orçamento Fiscal com a camisa-de-força da rígida política monetária propiciou, no entanto, sob o ângulo estritamente técnico, a oportunidade rara de elaborar um documento coerente e bem alinhavado. "este orçamento tem uma arrumação muito bonita", dizem os técnicos do Ministério do Planejamento. E explicam: as dotações dos ministérios — os "gastadores", se considerados os três poderes — ao obedecerem a um critério único de composição, não privilegiaram a ninguém.

MARGEM DE MANOBRA

Entretanto, deixou-se uma pequena margem de manobra: as transferências de recursos para estados e municípios aumentaram substancialmente, inclusive relaxando-se a figura da despesa vinculada (ou seja, o dinheiro só pode ser gasto especificamente em atividades pré-definidas, como escolas, esgotos, calçamento, etc). Com isso, aumentou-se a margem de manobra das administrações estaduais e municipais, fato importante em um ano eleitoral como o de 1982.

Sem contar este aspecto, porém, o Orçamento da União — pelo lado da despesa — perde sua importância política em termos de planejamento econômico. Na verdade, o grosso de suas dotações vai fazer apenas com que a atual máquina administrativa e seu custeio continuem atendidos, garantindo um razoável prosseguimento. Mas nada de novos projetos.

Mais importante que o Orçamento da União são os orçamentos Monetário e os das empresas estatais. O primeiro — elaborado pelas autoridades monetárias (ministérios do Planejamento, Fazenda, Banco Central e Banco do Brasil) — é o que dá o estilo da economia, pois determina quem vai receber mais créditos, em que níveis e a que taxas (quanto mais importante o setor, mais subsídios creditícios recebe). Atualmente, os setores exportador e agrícola são os que se beneficiam da política monetária. Esta estratégia visa, sobretudo, a abrandar os profundos efeitos provocados pelo déficit no balanço comercial.

RECURSOS

Já o orçamento das empresas estatais — coordenado por uma secretaria especial criada há dois anos pelo ministro Delfim Netto — tem a característica de alocar recursos para investimentos (embora também atualmente sob uma orientação limitadora). Este orçamento interessa diretamente aos setores ligados a grandes empreendimentos (como a indústria de bens de capital, os empreiteiros, os importadores e exportadores) e, em última análise, antecipa em que ritmo todos irão trabalhar.

Ao contrário do Orçamento da União, que tem um prazo de apresentação ao Congresso garantido pela Constituição (31 de agosto), o das estatais e o Monetário não vão ao Congresso. Este ano, ambos estarão concluídos em dezembro. E guardando uma semelhança básica com o divulgado esta semana: o que não for prioritário (agricultura e exportação) sofrerá cortes profundos.